



Apresentação inicial a Sua Excelência o Embaixador do Nepal.

Embaixada do Autistão em Brasília — 26 de maio de 2026.

Versão 19

1. Introdução.

Excelência,
prezado colega da Embaixada do Nepal,

Muito obrigado por vir à Embaixada do Autistão em Brasília.

Eu gostaria de explicar por que acreditamos que o Nepal pode ter uma oportunidade muito especial em relação ao autismo, e como a Embaixada do Nepal poderia ajudar a criar um diálogo útil e concreto com as autoridades competentes em Katmandu.

2. Por que este momento é importante.

Pelas informações públicas que encontramos, o Nepal está agora preparando estruturas importantes sobre o autismo.

Em setembro de 2025, a Autism Directive Taskforce, liderada por Deepak Prakash Mahara, apresentou um projeto de Diretriz Nacional sobre o Autismo ao Ministério da Saúde e da População.

Em abril de 2026, o Governo também anunciou escolas-modelo baseadas no autismo nas sete províncias. Entendemos que um comitê técnico, coordenado por Roshan Shrestha, foi formado para trabalhar no conceito e na estrutura dessas escolas, e que o CEHRD poderá ter mais tarde um papel de coordenação.

Portanto, o Nepal não está em uma fase abstrata. Textos, estruturas e modelos concretos estão sendo preparados agora.

É por isso que os primeiros conceitos, as primeiras palavras e as primeiras escolhas práticas são tão importantes. Eles podem orientar todo o sistema por muitos anos. Se o quadro inicial reduzir o autismo ao TEA, ao tratamento, aos serviços especializados ou à normalização, as correções posteriores se tornarão difíceis. Mas se o quadro inicial se basear na acessibilidade, na consideração correta do autismo, na aceitação das pessoas autistas e do autismo em si, e no respeito pela natureza autística, então o Nepal poderá construir sua política sobre o autismo sobre bases mais saudáveis, mais simples e mais úteis desde o início.

3. A distinção fundamental entre autismo e TEA.

O primeiro ponto conceitual que gostaríamos de oferecer é a distinção entre o autismo em si e os transtornos ou dificuldades específicas do autismo, geralmente chamados de Transtorno do Espectro Autista, ou TEA.

Quase em todos os lugares, as pessoas usam “autismo” e “TEA” como se significassem a mesma coisa. Elas dizem “autismo” quando querem dizer as dificuldades, transtornos ou situações incapacitantes relacionadas ao autismo. E dizem “TEA” como se toda a natureza autística em si fosse um transtorno.

Isso cria uma confusão profunda.

Se o autismo em si é reduzido ao TEA, então o autismo é automaticamente tratado como um transtorno. Assim, falar de qualidades autísticas se torna incoerente, porque isso significaria falar das qualidades de um transtorno. Mas as qualidades autísticas existem, o que mostra que o autismo em si não pode ser reduzido a transtorno, defeito ou patologia.

Para nós, o autismo em si não é uma doença, um defeito ou uma inferioridade. É uma natureza humana particular, uma maneira particular de ser e de se relacionar com o mundo.

Ao mesmo tempo, as dificuldades relacionadas ao TEA são reais. As pessoas autistas podem ter necessidades reais de apoio e necessidades reais de aprendizados específicos. Nós não negamos isso. Mas essas dificuldades não devem ser confundidas com o autismo em si.

Quando dizemos que o autismo deve ser respeitado, não queremos dizer que as dificuldades devem ser ignoradas. Queremos dizer que a natureza autística deve ser respeitada, enquanto as dificuldades reais e as necessidades de apoio devem ser tratadas sem tentar apagar essa natureza autística.

Em 2023, explicamos essa distinção a Chiara Servili, especialista em autismo na sede da Organização Mundial da Saúde, em Genebra. Durante uma longa videoconferência, ela compreendeu essa distinção e disse que ela era útil. Ela também compreendeu que usar a palavra “autismo” de maneira simplificada para significar apenas os transtornos poderia criar consequências negativas. Podemos mostrar provas dessa reunião e do que ela disse.

Sem essa distinção, as pessoas autistas frequentemente recebem uma mensagem prejudicial: que toda a sua natureza é um transtorno para a vida inteira, que elas são defeituosas, ou que precisam ser constantemente corrigidas. Isso prejudica a autoestima, a dignidade, a criatividade e a possibilidade de uma vida autística realizada.

4. Nossa posição central.

Nossa posição central é esta: as pessoas autistas não sofrem do autismo em si. Elas sofrem das consequências da ausência de consideração correta do autismo em todo o sistema social. Essas consequências são atingimentos sociogerados, sensoriais, mentais ou outros, e, no fim, são violações da harmonia natural.

Isso significa que o problema não está apenas dentro da pessoa autista. Ele também está no ambiente, nas atitudes, na comunicação, na organização, nas expectativas e na falta de oportunidades naturais e respeitadas.

É por isso que a acessibilidade não é um luxo adicional. Ela é a resposta direta à verdadeira fonte de grande parte do sofrimento autístico: os atingimentos sociogerados, sensoriais, mentais ou outros produzidos pelo sistema social.

Esses atingimentos também devem ser entendidos como sinais. Quando uma pessoa autista sofre, bloqueia, se retira ou reage intensamente, a resposta correta não deve ser apenas silenciar a reação, corrigir a pessoa ou fazer a pessoa autista parecer mais normal. Deve ser perguntar: o que, no ambiente, na comunicação, na atitude, na organização ou na expectativa, está produzindo esse atingimento sociogerado, sensorial, mental ou outro?

Nesse sentido, as reações autísticas podem funcionar como um sistema de alarme. Se um alarme toca, a resposta inteligente não é destruir o alarme ou desligar a sirene. A resposta inteligente é descobrir qual perigo, incoerência ou agressão o ativou. O autismo pode, portanto, ajudar a revelar defeitos do sistema social que outras pessoas talvez tolerem, ignorem ou já não percebam.

Uma boa política sobre o autismo, portanto, não deve começar com: “Como podemos corrigir as pessoas autistas?”

Ela deve começar com: “Como a sociedade pode se tornar suficientemente acessível para que as pessoas autistas possam viver, aprender, participar, se desenvolver e expressar suas qualidades autísticas sem serem danificadas?”

5. O primeiro eixo do nosso modelo: acessibilidade, do geral ao individual.

O primeiro grande eixo do nosso modelo de Plano Nacional de Implementação sobre o Autismo é a supressão dos obstáculos e a redução dos atingimentos sociogerados, sensoriais, mentais ou outros.

Esse primeiro eixo é organizado do nível mais geral ao nível mais individualizado.

A primeira camada é a acessibilidade para as pessoas autistas, baseada, tanto quanto possível, no desenho universal. Isso significa que a sociedade, os serviços, os procedimentos, a comunicação e as atitudes devem ser tornados acessíveis de maneira geral, antes que uma pessoa específica tenha que pedir ajuda. É um estado geral de acessibilidade, e não algo que aparece apenas depois que uma pessoa autista já está em dificuldade.

A segunda camada é a adaptação razoável em presença de autismo. Quando a acessibilidade geral não é suficiente para uma situação ou pessoa específica, então ajustes específicos devem ser identificados, implementados, verificados e corrigidos se forem insuficientes.

A terceira camada é a assistência geral para o autismo, acessível a qualquer momento e, tanto quanto possível, também à distância. Essa assistência deve ser útil não apenas para as pessoas autistas, mas também para as famílias, escolas, profissionais, serviços públicos, serviços de emergência, locais de trabalho, lojas ou qualquer contexto comum diante de uma situação envolvendo o autismo. Tal sistema também poderia usar ferramentas digitais e inteligência artificial para conectar orientações práticas, educação, estatísticas, problemas recorrentes e possíveis soluções.

A quarta camada é o apoio individualizado para o autismo, para pessoas autistas e famílias que precisam de apoio mais preciso, pessoal e contínuo.

Portanto, a lógica não é começar com sistemas individualizados caros para todos. A lógica é a subsidiariedade: primeiro tornar a sociedade mais acessível de maneira geral; depois acrescentar adaptações razoáveis quando necessário; depois fornecer assistência acessível sobre o autismo para muitas situações; e, finalmente, fornecer apoio individualizado para aqueles que precisam dele.

Essa estrutura é especialmente importante para um país onde os recursos, os especialistas e o acesso a serviços urbanos são limitados.

Esse primeiro eixo é completado pela educação familiar ao autismo e ao não-autismo, pela educação das pessoas autistas sobre o mesmo assunto, pela formação dos serviços públicos, pela sensibilização do público, pela proteção dos direitos, pelos mecanismos de reclamação e correção, e por uma política mais ampla de consideração correta do autismo em todos os lugares.

Uma parte central disso é a acessibilidade atitudinal: a capacidade das famílias, escolas, serviços e comunidades de aceitar as pessoas autistas e o autismo em si, sem medo, interpretações erradas, reações de ego ou tentativas automáticas de normalização.

É por isso que a sensibilização do público e a educação familiar são essenciais. Se as famílias, escolas, serviços públicos e comunidades receberem orientações simples e corretas, muitos problemas podem ser resolvidos na raiz, antes de se tornarem exclusões, conflitos ou intervenções caras.

A acessibilidade para as pessoas autistas não é um privilégio retirado de outras pessoas e dado às pessoas autistas. Não é uma transferência de conforto de um grupo para outro, e não prejudica ninguém. Pelo contrário, essas medidas são correções que movem o sistema social em direção a mais harmonia. Muitas vezes, elas corrigem confusão, incoerência, agressão, excesso, desordem ou complexidade desnecessária no próprio sistema. Elas ajudam primeiro as pessoas autistas, porque as pessoas autistas são frequentemente as primeiras a sofrer com esses defeitos, mas também tornam a vida mais clara, mais calma, mais coerente, mais econômica e mais humana para todos.

6. Por que esta abordagem é especialmente adaptada ao Nepal.

Muitas políticas sobre o autismo nos países mais ricos dependem de sistemas caros e centralizados, poder profissional, intervenções repetidas, deslocamentos para cidades e programas concebidos para fazer as pessoas autistas parecerem menos autistas.

Para famílias pobres, comunidades rurais e países com recursos limitados, esse modelo é frequentemente inacessível. Ele também pode ser prejudicial quando tenta normalizar as pessoas autistas em vez de respeitar a natureza autística.

Quando uma criança autista é treinada para esconder ou suprimir características autísticas para parecer não-autista, isso pode parecer progresso visto de fora, mas pode prejudicar a autoestima, a dignidade, a criatividade e a possibilidade de uma vida autística realizada.

Tentar fazer as pessoas autistas se tornarem não-autistas é frequentemente absurdo e maltratante. É como tentar fazer um gato usar meias: de fora, pode parecer uma correção ou adaptação, mas isso não respeita a natureza do ser.

O Nepal poderia escolher outro caminho, mais adaptado às suas próprias forças.

Em vez de importar modelos baseados em poder material, obrigação, dinheiro, autoridade profissional e normalização, o Nepal poderia construir uma abordagem baseada na inteligência, no discernimento, na humanidade, na gentileza, na acessibilidade e no respeito pela natureza autística.

Isso seria mais coerente com aquilo que percebemos como uma qualidade profunda do Nepal: uma maneira mais sutil, mais humana, menos brutalmente materialista de se relacionar com as pessoas e com a vida.

Há também algo simbólico aqui. O Nepal é um país particularmente original. Ele tem, entre outras coisas, um fuso horário muito particular e uma bandeira muito particular, incluindo sua forma e proporções incomuns. Ele também tem sua própria geografia, identidade cultural e maneira histórica de ser diferente sem simplesmente copiar os outros.

Por essa razão, seria triste e quase absurdo se um país tão original importasse um modelo normalizador de autismo cujo objetivo é justamente fazer as pessoas autistas parecerem menos diferentes.

O Nepal poderia, em vez disso, criar uma política nacional sobre o autismo verdadeiramente original — um modelo nepalês para o autismo — adaptado às famílias com recursos materiais limitados, mas também útil para muitos outros países não ricos.

Pela nossa experiência com pessoas nepalesas, muitas vezes vimos gentileza, humildade, paciência, vontade de ajudar e uma menor tendência a reagir com ego ofendido. Para as pessoas autistas, isso não é um pequeno detalhe. É um recurso muito importante.

O principal capital do Nepal nesse campo talvez não seja o capital financeiro. Talvez seja o capital humano. E, para o autismo, esse capital humano pode resolver problemas que o dinheiro sozinho não consegue resolver.

Se houver acessibilidade básica nas famílias, escolas, serviços locais e comunidades, muitas dificuldades podem ser reduzidas antes de exigirem intervenção especializada. Isso significa menos deslocamentos

caros, menos separações da vida comum, menos intervenções desnecessárias e menos sofrimento causado por ambientes inadequados.

Reduzir os atingimentos sociogerados, sensoriais, mentais ou outros é, portanto, não apenas mais respeitoso; também é mais econômico. Isso previne muitos problemas antes que eles exijam respostas especializadas.

Em outras palavras, em vez de usar força, pressão, dinheiro e correção artificial depois que os problemas já apareceram, o Nepal poderia usar inteligência, gentileza, aceitação e acessibilidade antes que os problemas se tornem graves.

7. Aceitação, inclusão natural e oportunidades de tentar.

As pessoas autistas precisam de aprendizados específicos, especialmente para compreender o mundo não-autista. De certo modo, elas precisam aprender a sociedade, ou o não-autismo, como uma segunda língua. Mas aprender uma segunda língua nunca deve destruir a primeira. Da mesma forma, as pessoas autistas podem aprender o mundo não-autista sem ter que apagar sua natureza autística. Esses aprendizados funcionam muito melhor quando acontecem naturalmente: por meio da vida real, de atividades reais, de relações reais e da inclusão em um ambiente que aceita as pessoas autistas e o autismo em si.

A aceitação, portanto, não é passiva. Não é simplesmente dizer “toleramos as pessoas autistas”. A verdadeira aceitação significa permitir que as pessoas autistas existam, aprendam e se desenvolvam sem serem forçadas a parecer não-autistas.

Se o autismo em si é aceito, muitos esforços atualmente gastos para fazer as pessoas autistas parecerem não-autistas se tornam desnecessários ou até claramente prejudiciais.

A inclusão não é apenas um direito. Ela também é um ambiente natural de aprendizagem, quando as pessoas ao redor são acessíveis.

É também por isso que insistimos em oferecer oportunidades em vez de superproteger. Muitas crianças autistas são superprotegidas ou consideradas incapazes não porque não conseguem aprender, mas porque o ambiente nunca lhes dá oportunidades reais, seguras e respeitadas de tentar.

Uma política respeitosa sobre o autismo deveria criar oportunidades seguras para tentar, participar, descobrir capacidades e ser reconhecido por contribuições reais.

Temos experiência direta disso. No Cazaquistão, em um ambiente de montanha, a Organização Diplomática do Autistão, por meio da participação direta de seu fundador como conselheiro autista, ajudou crianças autistas a progredirem rapidamente mudando a maneira como elas eram consideradas e incluídas. Elas não foram tratadas como defeituosas. Receberam confiança, foram encorajadas a tentar, incluídas em atividades reais e reconhecidas por outras crianças.

Um exemplo marcante é Tima, um jovem autista de cerca de treze ou quatorze anos. No início, ele parecia muito passivo e quase desconectado das atividades. Sua família, provavelmente com boas intenções, parecia acreditar que ele nunca seria realmente capaz de fazer nada sozinho porque era autista. O fundador da Organização Diplomática do Autistão teve a ideia de lhe dar chances concretas, por meio de tarefas reais simples e oportunidades reais de participar. No início foi difícil, mas em apenas alguns dias sua atitude mudou visivelmente. Ele se tornou mais confiante, participou de atividades práticas, foi reconhecido por outras crianças e até vivenciou uma amizade simples com elas. Essas mudanças podem ser vistas claramente em fotos e vídeos.

A chave não foi uma terapia cara. A chave foi um ambiente natural, humano, não-defectológico, e uma mudança concreta no sistema ao redor da criança autista.

Para o Nepal, um país de montanhas, comunidades e fortes qualidades humanas, isso pode ser muito relevante.

8. O segundo eixo: uma vida autística sustentável, livre e realizada.

O segundo grande eixo do nosso modelo é uma vida autística sustentável, livre e realizada.

Isso significa que a política sobre o autismo não deve parar na infância, no diagnóstico, na escola ou na saúde. Ela deve considerar toda a vida das pessoas autistas: identificação ou confirmação do autismo, saúde integral, educação respeitosa do autismo, formação profissional, possível vida independente, autonomia, continuidade dos apoios e longevidade.

Ela também deve proteger a possibilidade de uma vida autística realizada, com criatividade, interesses específicos, natureza, experiências, descobertas, viagens, relações escolhidas, liberdade, originalidade e um caminho pessoal.

Uma parte muito importante é a valorização, proteção e aplicação das forças autísticas.

Isso significa mudar o referencial: alguns defeitos aparentes podem, na verdade, revelar forças autísticas, e algumas reações autísticas podem funcionar como sinais mostrando onde o ambiente está produzindo atingimentos sociogerados, sensoriais, mentais ou outros.

Em vez de ver apenas defeitos aparentes, a política também deve reconhecer as forças autísticas. As reações autísticas podem ajudar a identificar atingimentos sociogerados, sensoriais, mentais ou outros, e podem ajudar a sociedade a retornar a mais equilíbrio e harmonia.

Esse modelo pode ajudar a comparar o que já está presente na diretriz do Nepal, o que talvez esteja faltando, e como princípios gerais podem se transformar em medidas concretas.

9. Como a Embaixada do Nepal poderia ajudar.

O papel mais útil da Embaixada do Nepal seria ajudar a criar uma conexão efetiva e acompanhada com as pessoas realmente responsáveis no Nepal: o ministério, o comitê, o departamento ou a equipe técnica que trabalha na Diretriz Nacional sobre o Autismo e nas escolas-modelo baseadas no autismo.

Conhecer nomes e endereços de e-mail é útil, é claro. Mas, pela nossa experiência, um simples contato formal muitas vezes permanece superficial. As pessoas podem responder educadamente sem ainda perceber por que um diálogo real conosco poderia ser útil para o próprio trabalho delas.

O que é mais eficaz é uma conexão humana e institucional que possa levar a uma verdadeira relação de trabalho: primeiro uma nota técnica curta, depois uma verdadeira videoconferência, e depois, se for útil, uma contribuição mais precisa aos documentos ou projetos em preparação.

Vimos isso antes com Jonas Ruškus, relator para a França no Comitê das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência entre 2019 e 2021.

No início, as trocas eram educadas e limitadas. Mas, ao longo dos meses, à medida que o diálogo se desenvolveu, ele compreendeu cada vez mais a importância e a utilidade das nossas explicações. Ele próprio escreveu isso, várias vezes, espontaneamente, confirmando o quanto nossa contribuição era útil para o trabalho dele.

Em certo momento, após uma reunião em francês, ele achou as explicações tão importantes que quis organizar outra reunião por Zoom, desta vez em inglês, para que seus colegas anglófonos, membros do Comitê, pudessem ouvir o fundador da Organização Diplomática do Autistão explicar esses pontos diretamente.

Isso foi durante o período da Covid, quando todas essas reuniões aconteciam por videoconferência. Por causa dos fusos horários, isso significava que alguns membros do Comitê precisavam participar no meio da própria noite. O próprio senhor Ruškus escreveu que considerava importante que seus colegas ouvissem essas explicações diretamente.

Podemos mostrar provas escritas de tudo isso, se necessário.

Esse exemplo é importante porque mostra que, no início, nossa contribuição pode parecer incomum, difícil de avaliar ou simplesmente secundária. Mas, quando um diálogo real pode se desenvolver, pessoas competentes podem compreender progressivamente como ela é útil para o próprio trabalho delas.

É por isso que esperamos que a Embaixada do Nepal possa ajudar não apenas indicando um possível contato, mas ajudando a tornar a primeira conexão crível, acompanhada e efetiva.

Nomes e endereços de e-mail são úteis, mas muitas vezes não são suficientes. Em muitos contextos institucionais, as primeiras trocas permanecem educadas e superficiais, porque as pessoas responsáveis ainda não percebem o que poderiam ganhar com um diálogo real conosco.

O mais útil seria um pequeno apoio diplomático para ajudar a superar as barreiras atitudinais iniciais: dúvidas, confusão, falta de tempo, desconhecimento da nossa abordagem, ou a impressão de que o autismo deve ser tratado apenas por meio dos quadros médicos ou de serviços habituais.

Se esse limiar inicial for ultrapassado, e se discussões reais ou videoconferências puderem acontecer com as pessoas competentes no Nepal, temos certeza de que nossa contribuição será útil. Isso aconteceu com a Haute Autorité de Santé na França, onde o fundador da Organização Diplomática do Autismo foi membro durante dois anos do comitê de pilotagem das recomendações oficiais de boas práticas sobre adultos autistas. Também aconteceu com o Comitê das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, e com a Organização Mundial da Saúde.

Portanto, a questão não é apenas alcançar as pessoas certas. É tornar o primeiro contato suficientemente sério e suficientemente acompanhado, para que as pessoas competentes no Nepal possam ultrapassar a etapa inicial da polidez ou da incerteza e começar a ver concretamente como esse diálogo pode ser útil para elas.

10. Provas e possíveis próximos passos.

Se a Embaixada do Nepal precisar de mais certeza antes de facilitar tal conexão, podemos fornecer provas selecionadas da seriedade do nosso trabalho: trocas escritas e documentos relacionados ao Comitê das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, à Organização Mundial da Saúde e à Alta Autoridade de Saúde da França, bem como fotos, vídeos e materiais concretos do Cazaquistão.

Em uma etapa posterior, um assunto secundário também poderia ser explorado: formar pessoas nepalesas para trabalhar como assistentes de autismo, no Nepal ou no exterior, usando precisamente as qualidades humanas mencionadas anteriormente, dentro de um quadro sério, ético, supervisionado e profissional. Isso também poderia permitir que pessoas nepalesas desenvolvessem um papel profissional útil em uma área em que paciência, humildade, gentileza e baixa reação de ego não são qualidades secundárias, mas qualidades essenciais.

Isso poderia ser especialmente relevante porque a assistência ao autismo exige não apenas conhecimento técnico, mas também paciência, humildade, gentileza e a capacidade de não levar as reações autísticas para o lado pessoal.

Nossa esperança é que o Nepal possa construir uma política sobre o autismo baseada não principalmente em sistemas caros, mas na acessibilidade, na aceitação das pessoas autistas e do autismo, na inteligência humana, na inclusão natural, na gentileza, nas oportunidades de tentar e no respeito pela natureza autística.

O Nepal poderia mostrar que um país não precisa copiar modelos caros e muitas vezes questionáveis para ajudar as pessoas autistas. Ele pode usar a acessibilidade, a qualidade humana e a compreensão correta como uma base mais forte.

Se o Nepal conseguir avançar nessa direção, poderá se tornar um exemplo para muitos outros países.

Muito obrigado.